

Alerta Legislação nº 8, de 18 a 23 fev. 2019

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

**Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:**

<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo Federal

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM Nº 55, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto da proposta de emenda à Constituição que "Modifica o sistema de **previdência social**, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências".

MENSAGEM Nº 52, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Altera a [Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965](#) - Código Eleitoral, para criminalizar o uso de caixa dois em eleições".

MENSAGEM Nº 51, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei complementar que "Altera o [Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941](#) - Código de Processo Penal, e a [Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965](#) - Código Eleitoral, para estabelecer regras de competência da Justiça Comum e da Justiça Eleitoral".

MENSAGEM Nº 50, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Altera o [Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940](#) - Código Penal, o [Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941](#) - Código de Processo Penal, a [Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984](#) - Lei de Execução Penal, a [Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990](#), a [Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992](#), a [Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996](#), a [Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998](#), a [Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003](#), a [Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006](#), a [Lei nº 11.671, de 8 de maio de 2008](#), a [Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009](#), a [Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013](#), e a [Lei nº 13.608, de 10 de janeiro de 2018](#), para estabelecer medidas contra a corrupção, o crime organizado e os crimes praticados com grave violência a pessoa".

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.871, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

Dispõe sobre a apresentação da declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física referente ao exercício de 2019, ano-calendário de 2018, pela pessoa física residente no Brasil.

DECRETO Nº 58.639, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

Dispõe sobre a consolidação e atualização das normas sobre Bilhete Único.

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
22/02/2019	<p><u>LEI Nº 13.809, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Reabre o prazo para opção pelo regime de previdência complementar de que trata o § 7º do art. 3º da Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012.</p> <p><u>DECRETO Nº 9.714, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Revoga dispositivos do Decreto nº 7.439, de 16 de fevereiro de 2011, e do Decreto nº 7.653, de 23 de dezembro de 2011, que dispõem sobre autorização para o aumento do capital social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e da Caixa Econômica Federal - CEF, e o Decreto nº 7.881, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a autorização de alienação das ações ordinárias de emissão da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, adquiridas diretamente junto ao Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE.</p> <p><u>DECRETO Nº 9.713, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Altera o Decreto nº 9.278, de 5 de fevereiro de 2018, que regulamenta a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, que assegura validade nacional às Carteiras de Identidade e regula sua expedição.</p>
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Atos do Congresso Nacional (CN)	<p><u>DECRETO LEGISLATIVO Nº 12, DE 2019</u> Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Finlândia sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado em Brasília, em 1º de dezembro de 2015.</p> <p><u>DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2019</u> Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe sobre Cooperação no Domínio da Defesa, assinado em Brasília, em 10 de novembro de 2010, e a sua Emenda por troca de notas ocorrida entre abril e julho de 2017.</p> <p><u>DECRETO LEGISLATIVO Nº 10, DE 2019</u> Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado no Rio de Janeiro, em 14 de setembro de 2010, e sua Emenda realizada por troca de</p>

notas, em 31 de julho de 2017.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 9, DE 2019

Aprova o texto da Convenção Internacional para a Segurança de Contêineres, de 1972, adotada durante Conferência Internacional realizada em Londres, Reino Unido, em 2 de dezembro de 1972, revisado e consolidado com as emendas adotadas por meio das Resoluções MSC.20(59) e A.737(18), bem como o texto das emendas a essa Convenção, adotadas por meio das Resoluções MSC.310(88) e MSC.355(92).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 8, DE 2019

Aprova o texto do Protocolo Alterando a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Dinamarca Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, celebrado em Copenhague, em 23 de março de 2011.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 7, DE 2019

Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Helênic sobre Extradicação, assinado em Atenas, em 3 de abril de 2009.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 4, DE 2019

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal](#), com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 857, de 20 de novembro de 2018](#), publicada no Diário Oficial da União no dia 21, do mesmo mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$ 75.280.000,00, para os fins que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 20 de fevereiro de 2019

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Presidência da República (PR)

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA
MENSAGEM Nº 55, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto da proposta de emenda à Constituição que "Modifica o sistema de **previdência social**, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências".

MENSAGEM Nº 52, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Altera a [Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965](#) - Código Eleitoral, para criminalizar o uso de caixa dois em eleições".

MENSAGEM Nº 51, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei complementar que "Altera o [Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941](#) - Código de Processo Penal, e a [Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965](#) - Código Eleitoral, para estabelecer regras de competência da Justiça Comum e da Justiça Eleitoral".

	<p><u>MENSAGEM Nº 50, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019</u></p> <p>Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, a Lei nº 11.671, de 8 de maio de 2008, a Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009, a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, e a Lei nº 13.608, de 10 de janeiro de 2018, para estabelecer medidas contra a corrupção, o crime organizado e os crimes praticados com grave violência a pessoa".</p>
<p>Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)</p>	<p>GABINETE DA MINISTRA (GM)</p> <p><u>PORTARIA Nº 24, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019</u></p> <p>Regula a autorização temporária da atividade pesqueira, na categoria do Pescador Profissional Artesanal, até a finalização do recadastramento geral do Registro Geral da Atividade Pesqueira.</p> <p>SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA</p> <p>↳ Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas</p> <p>↳↳ Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins</p> <p><u>ATO Nº 11, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019</u></p> <p>(...)</p> <p>Autorizar o uso de produtos já registrados no Brasil à base do ingrediente ativo azadiractina, na concentração de 12 g/L, para o tratamento de mudas de kalanchoe (<i>Kalanchoe blossfeldiana Poelln</i>) com a finalidade de controle de Thrips palmi, exclusivamente para exportação aos países da União Européia, em atendimento a requisitos fitossanitários deste bloco, conforme Diretiva 2000/29/CE.</p> <p>(...)</p> <p><u>ATO Nº 10, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019</u></p> <p>Resumo dos registros concedidos, de acordo com o Artigo 14 do Decreto n. 4074, de 04 de janeiro de 2002.</p> <p>(...)</p> <p><u>ATO Nº 9, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019</u></p> <p>1. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n. 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada pelos órgãos federais de registro a alteração da composição quali-quantitativa do produto Panther 120 EC, registro nº 2499, conforme processo nº 21000.052872/2017-80.</p> <p>(...)</p> <p><u>ATO Nº 8, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019</u></p> <p>Resumo dos pedidos de registro, atendendo os dispositivos legais do artigo 14 do Decreto n. 4074, de 04 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989. (*)</p> <p>(...)</p> <p>(*) Herbicidas, inseticidas, Fungicidas etc.</p>

<p>Ministério da Cidadania</p>	<p>CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL <u>RESOLUÇÃO Nº 7, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Altera a Resolução nº 13, de 4 de junho de 2018, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, que aprova os critérios de partilha e elegibilidade para o cofinanciamento federal do Programa Acessuas Trabalho para o exercício de 2018 e altera a Resolução nº 18, de 14 de maio de 2012.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 6, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Aprova a inclusão no público do Programa Primeira Infância no SUAS as famílias com gestantes e crianças na primeira infância em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, inseridos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico e no Benefício de Prestação Continuada - BPC, altera as Resoluções nº 19, de 24 de novembro de 2016; nº 20, de 24 de novembro de 2016 e nº 7, de 22 de maio de 2017, e dá outras providências.</p>
<p>Ministério da Economia</p>	<p>BANCO CENTRAL DO BRASIL ↳ Área de Administração - Departamento de Tecnologia da Informação <u>CARTA CIRCULAR Nº 3.931, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Divulga a tabela de serviços e valores do Sistema de Informações Banco Central (Sisbacen), de que trata o art. 17 do Regulamento do Sistema de Informações Banco Central (Sisbacen), anexo à Circular nº 3.913, de 5 de setembro de 2018.</p> <p>↳ Área de Política Monetária ↳↳ Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos <u>CARTA CIRCULAR Nº 3.930, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Divulga as tarifas por utilização do Sistema de Transferência de Reservas (STR), de que trata o art. 40 do Regulamento do STR anexo à Circular nº 3.100, de 28 de março de 2002.</p> <p>↳ Diretoria Colegiada (DC) <u>CIRCULAR Nº 3.930, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Dispõe sobre a divulgação do Relatório de Pilar 3.</p> <p><u>CIRCULAR Nº 3.931, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Altera dispositivo do Regulamento do Sistema de Transferência de Reservas (STR), anexo à Circular nº 3.100, de 28 de março de 2002, para atribuir ao Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos a responsabilidade pela alteração e divulgação de tarifas do STR.</p> <p>INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS <u>RESOLUÇÃO Nº 675, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Regulamenta o Programa Especial para Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade e o Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios, e dá outras providências.</p> <p>SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO <u>PORTARIA Nº 1.659, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Atualiza o valor mensal do metro quadrado da multa por infração administrativa contra o patrimônio da União, conforme previsto no §</p>

	<p>6º, do art. 6º, do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987.</p> <p>SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.871, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Dispõe sobre a apresentação da declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física referente ao exercício de 2019, ano-calendário de 2018, pela pessoa física residente no Brasil.</p> <p><u>ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Dispõe sobre a restituição do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF), referente ao exercício de 2019, ano-calendário de 2018.</p>
<p>Ministério da Educação</p>	<p>FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES <u>PORTARIA Nº 42, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Institui Grupo de Trabalho para propor estratégias e ações para o fomento à convergência de modalidades educacionais, por meio de tecnologias e sistemas híbridos, e ao desenvolvimento de competências digitais na formação de professores, mestres e doutores.</p> <p>INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP) <u>PORTARIA Nº 104, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Dispõe sobre as transferências de recursos para Estados e Distrito Federal para apoio às atividades de execução do Censo Escolar da Educação Básica nos anos letivos de 2019 e 2020.</p> <p>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (SETEC) <u>PORTARIA Nº 1, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Institui a Comissão Permanente de Gestão Técnica do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica, no âmbito da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação.</p>
<p>Ministério do Meio Ambiente</p>	<p>INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 6, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Declara aprovadas as especificações técnicas de herbicidas à base dos ingredientes ativos triclopir e de glifosato para a finalidade de registro emergencial para controle da espécie vegetal exótica na faixa de domínio do Projeto de Integração do Rio São Francisco.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 7, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019</u> (...) Art. 1º Alterar o art. 62 da Instrução Normativa nº 6, de 15 de fevereiro de 2018, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 62. As Superintendências Estaduais do Ibama terão até o dia 31 de julho de 2019, para encaminharem, à Presidência do Ibama, seus Programas Estaduais." (...)</p>

Ministério de Minas e Energia	<p>AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - ANM <u>RESOLUÇÃO Nº 4, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Estabelece medidas regulatórias cautelares objetivando assegurar a estabilidade de barragens de mineração, notadamente aquelas construídas ou alteadas pelo método denominado "a montante" ou por método declarado como desconhecido.</p>
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	<p>GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA Nº 23, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Dispõe sobre a instituição e atuação do Comitê Interno de Governança, Riscos e Controles do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e dá outras providências.</p>
Ministério das Relações Exteriores	<p>SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES → Secretaria de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania →→ Departamento de Segurança e Justiça →→→ Divisão de Atos Internacionais <u>ACORDO-QUADRO ENTRE O MERCADO COMUM DO SUL (MERCOSUL) E O FUNDO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO DA BACIA DO PRATA (FONPLATA)</u></p>
Ministério da Saúde	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 241, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Cria o Comitê Gestor da Preparação e da Implementação de Projetos de Cooperação Técnica e Acordos de Empréstimos Internacionais CG CO P / M S.</p> <p>AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) → Quarta Diretoria →→ Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 442, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019</u> (...) Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão imediata da importação, distribuição, comercialização e uso do insumo farmacêutico ativo losartana, fabricado pela empresa Zhejiang Huahai Pharmaceutical Co. Ltd., com planta fabril localizada em Linhai, Zhejiang Province, na China. (...)</p> <p>→ Terceira Diretoria →→ Gerência-Geral de Toxicologia <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 424, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019</u> (*) (...) Art. 1º Aprovar, no âmbito da Anvisa, a avaliação de resíduos dos produtos agrotóxicos, componentes e afins, conforme relação anexa. (...) (*) <i>Republicado por ter saído com incorreção no original publicado no DOU nº 34 , de 18 de fevereiro de 2019, seção 1, pág. 71 e em suplemento pág. 34.</i></p> <p>SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE (SAS)</p>

	<p><u>PORTARIA Nº 183, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Inclui o procedimento Implantação Endoscópica de Stent Esofágico na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS).</p>
<p>Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais</p>	<p>CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA (CFBio) <u>RESOLUÇÃO Nº 500, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Dispõe sobre a competência do Profissional Biólogo como responsável técnico em Processos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos.</p>
<p>Publicação DOE-SP</p>	<p>SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO</p>
<p>PUBLICAÇÃO DOE</p>	<p>LEGISLAÇÃO SUPERIOR</p>
<p>18/02/2019 a 23/02/2019</p>	<p><i>Não houve</i></p>
<p>SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO</p>	<p>MARGINÁLIA ESTADUAL</p>
<p>Desenvolvimento Econômico (SDE)</p>	<p>CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (CEETEPS) <u>DELIBERAÇÃO CEETEPS 51, DE 20-2-2019</u> Aprova o Regulamento Geral dos Programas e Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS</p>
<p>Fazenda e Planejamento (SFP)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SFP 10, DE 19-02-2019</u> Fixa a taxa de administração devida à SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV, para o exercício de 2019</p> <p>COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA (CAF) → Departamento de Despesa de Pessoal do Estado <u>COMUNICADO</u> O Diretor do Departamento de Despesa de Pessoal do Estado, considerando o Ofício 207/94 do Ministério do Trabalho, em resposta ao Ofício DDP/SE 22/94 sobre o procedimento a ser adotado pelas unidades, quanto à elaboração da RAIS, comunica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. todas as unidades que tiverem número de CNPJ deverão preencher o formulário da RAIS, fazendo constar RAIS NEGATIVA; 2. o período para providenciar a RAIS NEGATIVA ano base 2018 terá início a partir de 18-02-2019, cuja data final é 05-04-2019; 3. tal providência deverá ser adotada pelas unidades cujo pagamento seja efetuado pela Secretaria da Fazenda e Planejamento; 4. todos os servidores, desde que tenham seu pagamento efetuado

	<p>pela Secretaria da Fazenda e Planejamento, são relacionados na RAIS do CNPJ do Governo do Estado de São Paulo, de forma centralizada, pela Secretaria da Fazenda e Planejamento;</p> <p>5. a RAIS NEGATIVA deverá ser transmitida via Internet, utilizando o aplicativo transmissor da RAIS 'RAISNET2019', disponível nos endereços eletrônicos:</p> <p>http://www.mte.gov.br, ou http://www.rais.gov.br (Comunicado DDPE 00003, de 19-02-2019)</p>
Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SIMA - 10, DE 12-02-2019</u> Altera dispositivos da Resolução SMA 121, de 20-12-2013, que define, no âmbito da administração das unidades de conservação do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais – Seaqua, critérios técnicos e diretrizes que deverão nortear o estabelecimento do zoneamento e da normatização da Área de Proteção Ambiental, de que trata o artigo 15, da <u>Lei Federal 9.985, de 18-07-2000</u>, e dá providências correlatas <i>(Republicado por conter incorreções)</i></p>
Procuradoria Geral do Estado (PGE)	<p>GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO (GPG) <u>RESOLUÇÃO PGE - 4, DE 18-02-2019</u> Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de sistematizar o procedimento relativo à compensação de horas realizado no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado de São Paulo em relação aos respectivos servidores e empregados públicos, bem como indicar suas consequências jurídicas</p>
Saúde (SS)	<p>COORDENADORIA DE CONTROLE DE DOENÇAS (CCD) <u>PORTARIA DO COORDENADOR DE SAÚDE - 5, DE 18-2-2019</u> Dispõe sobre a emissão de Certidão de Venda Livre para Exportação de Alimentos (CVLEA) no âmbito do Estado de São Paulo.</p>
Universidade Estadual Paulista (UNESP)	<p>REITORIA <u>RESOLUÇÃO UNESP - 10, DE 14-2-2019</u> Altera a Resolução Unesp 60-2015, que dispõe sobre as disciplinas optativas dos cursos de graduação</p>
Defensoria Pública do Estado (DPE)	<p>DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO (DPG) <u>ATO NORMATIVO DPG - 153, DE 19-2-2019</u> O Defensor Público-Geral do Estado, com fundamento no artigo 19, incisos I e XII, da <u>Lei Complementar estadual n. 988, de 9-1-2006</u>, resolve:</p> <p>Artigo 1º - Acresce-se ao artigo 11, do Ato Normativo DPG n. 81, de 20-1-2014 o parágrafo único, com a seguinte redação: Artigo 11 - (...) Parágrafo único - Mediante manifestação fundamentada da respectiva Coordenação e autorização da Subdefensoria Pública-Geral competente, as Unidades poderão contar com secretarias e cartórios</p>

	<p>especializados, caso presentes elementos que justifiquem a medida, tais como:</p> <p>I – porte da Regional, Unidade ou Núcleo;</p> <p>II – volume de intimações judiciais e de processos e expedientes instaurados e tramitados;</p> <p>III – especialização ou concentração de mais de uma área de atuação; ou</p> <p>IV – existência de mais de um edifício para sediar a Regional, Unidade ou Núcleo.</p> <p>Artigo 2º - Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.</p>
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
23/02/2019	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 41, DE 2019</u> Estabelece normas gerais sobre cuidados aos animais definidos como "comunitários" e dá providências correlatas. DOE, Legislativo, 23/02/2019, p. 4</p>
22/02/2019	<p>PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 2, DE 2019</u> Revoga o item 6 (seis) do § 7º do artigo 16 da Lei Complementar nº 1.025, de 07 de dezembro de 2007, que estabelece Decurso de Prazo para a aprovação das nomeações dos membros da Diretoria da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP DOE, Legislativo, 22/02/2019, p. 5</p> <p><u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 1, DE 2019</u> Revoga o § 6º do artigo 1º da Lei Complementar nº 918, de 11 de abril de 2002, que estabelece Decurso de Prazo para a aprovação das nomeações dos membros do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP DOE, Legislativo, 22/02/2019, p. 5</p> <p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 39, DE 2019</u> Dispõe sobre a proibição da ideologia de gêneros nas escolas da rede pública estadual e de ensino privado em todo o Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 22/02/2019, p. 5</p>
20/02/2019	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 33, DE 2019</u> Cria a Política de Diagnóstico e Tratamento do Distúrbio do Processamento Auditivo Central nas redes públicas de saúde e educação e dá outras providências. DOE, Legislativo, 20/02/2019, p. 11</p>

<p>19/02/2019</p>	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 31, DE 2019</u> Dispõe sobre a dispensa de exame para renovação da habilitação nos casos em que especifica. DOE, Legislativo, 19/02/2019, p. 9</p>
<p>Publicação DO - Cidade</p>	<p>SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL</p>
<p>23/02/2019</p>	<p><u>DECRETO Nº 58.639, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Dispõe sobre a consolidação e atualização das normas sobre Bilhete Único.</p> <p><u>DECRETO Nº 58.638, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Autoriza a integração da base de dados de segurança viária da Companhia de Engenharia de Tráfego com as bases de dados da Secretaria Municipal da Saúde, bem como institui o Grupo de Trabalho para Integração dos Dados de Acidentes de Trânsito e Saúde.</p> <p><u>DECRETO Nº 58.637, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Regulamenta o procedimento administrativo a ser adotado com vista à alienação de bens imóveis no âmbito do Plano Municipal de Desestatização - PMD, nos termos da Lei nº 16.703, de 4 de outubro de 2017.</p>
<p>22/02/2019</p>	<p><u>DECRETO Nº 58.636, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Dispõe sobre a renegociação dos instrumentos jurídicos que especifica, referentes aos serviços de coleta e tratamento de lixo, ações de saúde e assistência social, bem como sobre a análise da prestação de contas de ajustes já encerrados.</p>
<p>20/02/2019</p>	<p><u>LEI Nº 17.068, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019</u> (PROJETO DE LEI Nº 495/15, DO EXECUTIVO, APROVADO NA FORMA DE SUBSTITUTIVO DO LEGISLATIVO) Introduz alterações nos arts. 1º, 5º, 6º, 7º, 10 e 15 da Lei nº 13.425, de 2 de setembro de 2002, que regulamenta o art. 168 da Lei Orgânica do Município de São Paulo e institui o Conselho Municipal de Habitação de São Paulo; introduz alterações na Lei nº 16.974, de 23 de agosto de 2018, e na Lei nº 14.517, de 16 de outubro de 2007, cria e extingue os órgãos que especifica, bem como altera as funções de confiança que especifica</p> <p><u>DECRETO Nº 58.631, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Dá nova redação aos artigos 8º e 9º do Decreto nº 55.463, de 29 de agosto de 2014 (*). (*) Confere nova regulamentação à Lei nº 11.123, de 22 de novembro de 1991, que dispõe sobre a política municipal de atendimento aos direitos da criança e do adolescente.</p>

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Silvio Tadeu Brígido
sbrigido@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor solicitar cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107